

## TRAJETÓRIAS DE VIDA E EXPERIÊNCIAS DESENCONTRADAS NOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA: OS DESAFIOS DO TRABALHO COLETIVO E DA GERAÇÃO DE RENDA

Nelson Ney Dantas Cruz  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – Campus Itumbiara  
Professor Mestre em Geografia  
[cruzdageo@yahoo.com.br](mailto:cruzdageo@yahoo.com.br)

### Introdução

Na perspectiva de compreender como as famílias ex-sem-terras se organizam no trabalho individual e coletivo nos assentamentos rurais da região do Triângulo Mineiro, em Minas Gerais, desenvolvemos um projeto de pesquisa de mestrado em Geografia, nos anos de 2006 a 2008, tendo como objeto de estudo o Projeto de Assentamento Divisa, localizado em Ituiutaba-MG. Durante a pesquisa, os procedimentos da história oral foram significativos para obtenção de resultados consistentes sobre o assunto, permitindo-nos uma melhor orientação para as entrevistas em campo e posterior interpretação das falas dos sujeitos assentados.

As atividades de pesquisa em Geografia, que vem se desenvolvendo nas últimas décadas, tem retomado o trabalho de campo como um procedimento enriquecedor da investigação geográfica, pois a escola francesa e a escola alemã de geografia tinham como tradição, nos séculos XIX e primeira metade do século XX, a realização do trabalho de campo (LA BLACHE, 1982; HUMBOLDT, 1982; CAPEL, 1981; MORAES, 1999). Com o domínio teórico-quantitativo da escola americana, em meados do século XX, a geografia sofreu modificações significativas que ecoaram negativamente no desenvolvimento e aperfeiçoamento do trabalho de campo quanto às pesquisas junto a grupos sociais. Mais recentemente, a partir da década de 1970, com a escola de geografia crítica, os trabalhos de campo são novamente valorizados e a pesquisa geográfica tem-se expandido volumosamente com o aperfeiçoamento da metodologia de trabalho de campo. A Geografia humanística-cultural como vertente inovadora dos estudos geográficos juntamente com a geografia crítica, tem-se comprometido com o desenvolvimento e reflexão sobre o trabalho de campo, como prática essencial à pesquisa (SUERTEGARAY, 2007; SANTOS, 1999). Nesse sentido,

a história oral traz contribuições importantes à pesquisa geográfica, contribuindo para debates que se fazem presentes no interior de discussões e reflexões inerentes aos procedimentos que devem nortear o trabalho de campo. Desse modo, as análises que se seguem, demonstram de maneira clara as contribuições da antropologia e da história oral para a pesquisa realizada no projeto de assentamento Divisa.

Compreendemos que a experiência de vida e trabalho nos assentamentos de reforma agrária tem-se manifestado num espaço repleto de contradições e de desafios. Por meio de entrevistas e demais observações de campo, também foi possível perceber que a luta pela terra se intensifica a partir da conquista da posse de um lote de terras, pois as famílias beneficiadas com tal posse têm que canalizar seus esforços para o objetivo da conquista da propriedade que ainda não lhes pertence. A partir daí, o trabalho individual e coletivo na terra são vistos como alternativas para continuarem morando no assentamento, garantindo o lote conquistado e mantendo a esperança de também conquistarem a sonhada propriedade.

### **O trabalho de campo e a importância da História Oral**

Durante a convivência com as famílias assentadas do projeto de assentamento Divisa, tivemos a oportunidade de estabelecer proximidades por meio de contatos advindos de circunstâncias inesperadas. No início das pesquisas não conhecíamos, pessoalmente, algumas famílias que eram moradoras do assentamento. Pela participação, em alguns momentos de lazer, em festas no assentamento e em fazendas vizinhas, ou ajudando algumas famílias no trabalho diário, doando a força de trabalho, foi-nos possível aproximar e compreender que determinadas atitudes faziam as pessoas do lugar enxergar o pesquisador, mesmo por alguns momentos, como indivíduo de características semelhantes a elas. Isto não anulou a diferença entre pesquisador e pesquisado, mas permitiu-nos aproximar de algumas famílias de maneira espontânea e sem grandes formalidades.

A atitude de nos aproximar sem considerar as formalidades de nos apresentarmos como pesquisadores foi inspirada em Malinowski (1986). Segundo este autor:

[...] convém ainda que o pesquisador abandone, de vez em quando, a máquina fotográfica, o caderno de notas e o lápis, e participe dos acontecimentos. Ele pode tomar parte nos jogos dos nativos, pode acompanhá-los em suas visitas e passeios, sentar-se, ouvir e participar de suas conversas. (p. 44)

Mesmo nos momentos de lazer, em que não se manifesta a intencionalidade de observação perante os pesquisados, o geógrafo deve estar atento aos fenômenos que se apresentam à percepção. O ato de estar no campo para pesquisa, independente do horário ou da circunstância, deve ser encarado pelo geógrafo como momento de registrar na memória os fatos observados para, posteriormente, relatá-los em sua caderneta ou mesmo direcionar as pesquisas futuras. É necessário considerar que não há máximo nem mínimo de observações e de registro delas. Segundo Malinowski (1986),

[...] um dos pontos principais do método da pesquisa de campo é a coleta de dados concretos sobre uma ampla série de fatos. O que se deve fazer não é apenas enumerar alguns exemplos, mas levantar, exaustivamente, o maior número possível de casos; e, nessa busca de fatos, será mais bem sucedido o investigador que tiver o esquema mental mais claro. Mas sempre que o material de pesquisa permitir, esse esquema mental deve ser transformado em um esquema real; deve materializar-se em diagramas, em planos, em um quadro sinótico exaustivo de todos os casos. (p. 37)

A presença em eventos festivos, organizados pelos grupos pesquisados, não anula a posição do pesquisador em estar atento aos fatos que se sucedem à sua presença. Até mesmo durante uma conversa informal, nos momentos em que não se está “armado” de cadernetas e máquina fotográfica, tem-se que dar importância às informações que chegam aos sentidos.

Sendo assim, a descrição, como método de pesquisa de campo, torna-se importante quando se é capaz de relatar, textualmente, os fatos, após terem ocorrido. Nesse sentido, consideramos relevante outra tarefa do geógrafo enquanto participante dos fenômenos observados, que é a de ouvir e relatar textualmente. Tal relevância se deve a duas justificativas primordiais. Primeiro, porque os fenômenos são vistos de dentro e não como se o pesquisador permanecesse separado por uma vitrine que não lhe permita interagir com aqueles que estão “do outro lado”. Segundo, devido ao fato de o pesquisador abrir mão de suas ferramentas de campo, que são a caderneta e a máquina fotográfica, em certos momentos de convivência com os pesquisados, de modo que eles não se sintam constrangidos em se manifestar.

Mas não se trata de um “ouvir” pacífico por parte do pesquisador. É uma ação mediada pela interação, como se o diálogo não fosse provocado pelo compromisso de entrevista entre os participantes. Analisando o trabalho do antropólogo, Oliveira (1996) afirma que,

Trocando idéias e informações entre si, etnólogo e nativo, ambos igualmente guinados a interlocutores, abrem-se a um diálogo em tudo e por tudo superior, metodologicamente falando, à antiga relação

pesquisador/informante. O Ouvir ganha em qualidade e altera uma relação, qual estrada de mão única, numa outra, de mão dupla, portanto, uma verdadeira interação. (p. 21)

Como se pode compreender, a descrição de fatos, a partir da observação de grupos humanos, é uma tarefa complexa, que envolve um conjunto de entendimentos acerca da ação do pesquisador e da reação de seus pesquisados. Mas esse método não é o único a ser aplicado. Como vimos, a observação atenta do pesquisador se dá a todo momento em que este se encontra com seu campo empírico de estudo. As conversas com as pessoas do lugar, sem compromisso declarado de entrevista, caracterizam-se como trabalho de campo e devem ser registradas textualmente.

Para complementar o método descritivo (ou poderíamos, também, denominá-lo de procedimento etnográfico), utilizamos a entrevista como técnica para se registrar trajetórias de vida. A história oral é um método importante, tendo a entrevista como técnica, sendo que a história evoca o passado e o termo oral remete à forma como se tem acesso a tal conteúdo (PORTELLI, 2001). Podemos estabelecer uma diferença importante entre o método da história oral e a etnografia. Ambos consideram a fala dos interlocutores da pesquisa, sobretudo a dos sujeitos pesquisados, sendo que a etnografia também se ocupa em relatar os fatos observados e descrevê-los. Em história oral, há o compromisso de registrar as falas dos entrevistados, sem que o pesquisador intervenha, com sua visão, na transcrição dos relatos. A interpretação do pesquisador não pode alterar a opinião do outro, que foi registrada. A proposta é recorrer ao sujeito da pesquisa para compreender como ele pensa sobre determinada situação presente, bem como conhecer sua trajetória de vida. Dessa maneira, evocamos a subjetividade daqueles que entrevistamos. De acordo com Portelli, “A História Oral não mais trata de fatos que transcendem a interferência da subjetividade; a História Oral trata da subjetividade, memória, discurso e diálogo.” (p. 26).

Pensar a Geografia Cultural sob a perspectiva da história oral, como método de pesquisa no trabalho de campo, é uma proposta coerente com a abordagem dos estudos culturais. Segundo Claval (2002), “A abordagem cultural integra as representações mentais e as reações subjetivas no campo da pesquisa geográfica.” (p. 20). Por este viés estamos lidando com um conteúdo que não é objetivo, ou seja, que imediatamente pode ser constatado e registrado. Estamos diante de uma “nova” perspectiva de abordagem científica, em Geografia, que não amadureceu em conjunto com a evolução dessa ciência. Assim como a etnografia deve ser repensada, em Geografia, como o fizemos

anteriormente, a entrevista, como meio de aquisição de informações, também deve ser analisada dentro do contexto da Geografia Cultural.

A idéia de se repensar a entrevista sob a perspectiva da história oral parte do reconhecimento de que esse método, na disciplina História, tem-se desenvolvido largamente e se difundido entre os historiadores, tornando-se referência para outros ramos científicos. Sendo assim, os debates em torno de entrevistas e do registro de memórias, recorrendo-se ao sujeito da pesquisa, como sendo ele capaz de apresentar fatos, trajetórias de vida, relações sociais próprias do lugar, relatos de momentos presentes, tem sido objeto de debates amplos, na História.

O sujeito torna-se o centro da atenção dos pesquisadores que se utilizam da História Oral como método de campo. Conseqüentemente, pode-se estabelecer uma relação próxima entre Geografia Cultural e História Oral, pois ambas têm como foco principal das fontes de informação a oralidade dos próprios sujeitos da pesquisa.

Por meio das reflexões de Claval (2002) entendemos que, numa pesquisa geográfica de abordagem cultural, o homem é o centro das atenções, pois

A geografia cultural está associada à experiência que os homens têm da Terra, da natureza e do ambiente, estuda a maneira pela qual eles os modelam para responder às suas necessidades, seus gostos e suas aspirações e procura compreender a maneira como eles aprendem a se definir, a construir sua identidade e a se realizar. (p. 89)

Dessa maneira, pode-se afirmar que há relações estreitas entre história oral e Geografia Cultural. Refleti-las em conjunto para uma aplicação prática é uma alternativa inovadora que deve ser incorporada à metodologia de pesquisa dos estudos culturais, em Geografia.

Ao nos relacionar com as famílias do P. A. Divisa, tivemos a oportunidade de aplicar a história oral como método para conhecer suas trajetórias de vida e organização social, no momento presente. A etnografia esteve caminhando ao lado da história oral e pôde auxiliar as interpretações que realizamos em laboratório.

Mas as dificuldades em lidar com a história oral em trabalhos de campo tiveram que ser superadas teoricamente, de modo que analisássemos a discussão sobre o assunto proposta por alguns autores. Os apontamentos sobre a relação de tal método com a Geografia Cultural direciona-nos à compreensão de como a história oral se materializa, a partir de sua prática. Segundo Portelli (2001),

[...] uma entrevista da história oral tende a ser uma história não contada, ainda que largamente recheada de episódios relatados duas vezes; e o falante

tende a lutar pela melhor opção possível. A novidade da situação e o esforço da dicção acentuam uma característica de todo discurso oral: a de ser um “texto” em elaboração, que inclui seus próprios esboços, materiais preparatórios, tentativas descartadas. Haverá graduais tentativas na busca de um tema, não diferente do glissando musical, reparos à conversa e correções após o fato, quer por empenho pela exatidão, quer por eficiência pragmática; repetições incrementadas por conta de acabamento e precisão ou de efeito dramático. Esse esforço pessoal de composição na performance é sustentado pelo uso de matéria lingüística socializada (clichês, fórmulas, folclore, anedotas congeladas, lugares-comuns) e pelo exemplo de gêneros derivados de escritos (novela, autobiografia, livros de história) ou comunicação de massas. (p. 12)

Durante as entrevistas, constatamos que alguns sentiam vontade de relatar determinados fatos sobre a luta pela terra e sobre o período em que viveram no acampamento, aguardando a emissão de posse da terra. Outros entrevistados se lançavam a relatar estórias do momento presente, descrevendo com emoção a realidade atual em que viviam e os projetos futuros que almejava materializar. Uma outra parcela dava ênfase às decepções anteriores junto às relações de trabalho coletivo e às más colheitas que realizara alguns anos atrás.

As diversas falas que se embalavam espontaneamente, desviando-se das indagações que eram lançadas, tiveram o papel de remontar um histórico de fatos desconstruídos no tempo e no espaço. Sendo assim, tínhamos o trabalho de estabelecer conexões entre as falas, de modo que a compreensão sobre os modos de vida fosse um dos objetivos principais em colar fatos e interpretar visões de mundo. Por este trabalho foi possível compreender que a história oral não se inicia na oralidade ou nela se esgota, pois

A maior parte dos relatos pessoais ou familiares são contados em pedaços e episódios, quando surge a ocasião; conhecemos mesmo as vidas de nossos parentes mais próximos por fragmentos, repetições, por ouvir dizer. Muitas histórias ou anedotas podem ter sido contadas inúmeras vezes no interior de um círculo restrito, mas a história total dificilmente terá sido contada em seqüência, como um todo coerente e organizado. (PORTELLI, 2001, p. 11)

As entrevistas nem sempre se seguem de acordo com a ordem proposta de indagações. Essa é uma premissa que deve ser explorada em campo, junto aos entrevistados, pois, manifestando-se espontaneamente, eles tendem a nos falar de suas experiências vivenciadas sobre certos acontecimentos. Logo, a postura do pesquisador diante das variáveis da espontaneidade de seus dialogadores é de aceitar o desvio provocado pela circunstância e ingressar nela sem querer ordená-la de acordo com o seu interesse.

A sistematização das falas coletadas e sua interpretação deve-se realizar após o momento de entrevista. Talvez a proposta de traçar um diálogo retilíneo, que se

enquadre às intenções do entrevistador, fique em segundo plano. Em primeiro lugar, devem estar os anseios daquele que fala e se abre ao pesquisador.

Sentindo-se importantes, os sujeitos da pesquisa produziam e conduziam o diálogo por assuntos que eles mesmos consideravam significantes. Se queriam falar do acampamento, sentiam-se à vontade. Se achavam importante comentar as brigas entre vizinhos, deixávamos à vontade para falarem. Se desejavam não dizer nada, cabia a nós respeitar e aguardar o momento em que pudessem nos receber novamente em suas casas e dialogar conosco.

As impreviões exigiram “jogo de cintura”, para não nos perdermos em desvios a que os próprios entrevistados nos conduziam, por nem sempre responderem às perguntas de acordo com o que estávamos interessados. Na verdade, não criamos a expectativa de escutar respostas prontas, previsíveis pela intuição. Caso fossem indagados a respeito da Associação de Produtores Rurais do Assentamento, alguns tendiam a falar de suas ações individuais, por não se engajarem, efetivamente, em trabalhos associativos. Outros relatavam alguns trabalhos coletivos que, para eles foram importantes, não se remetendo a práticas coletivas do presente, mesmo que essas ocorressem. É nesse sentido que se encontraram desvios e respostas as mais diversas. Mas nem sempre era necessário indagá-los para que relatassem fatos e demonstrassem suas opiniões.

Não nos preocupamos em dar ênfase às histórias de vida, como se recorrêssemos à autobiografia daqueles que relatavam. A preocupação foi centrada nas experiências individuais de cada pessoa entrevistada, visto que, ao analisarmos o método da história oral, em consonância com sua prática, compreendemos que história oral não é sinônimo de história de vida pois, como afirma Freitas,

A História Oral também não é sinônimo de história de vida. História de vida pode ser considerada um relato autobiográfico, mas do qual a escrita – que define a autobiografia – está ausente. Na história de vida é feita a reconstituição do passado, efetuada pelo próprio indivíduo sobre o próprio indivíduo. Este relato – que não é necessariamente conduzido pelo pesquisador – pode abranger a totalidade da existência do informante. (FREITAS, 2002, p. 21)

As entrevistas tiveram enfoques temáticos, não se reportando, exclusivamente, à história de vida como um conteúdo total, para depois recortarmos partes das falas que correspondessem aos temas abordados. Dentre os enfoques dados, remetemos aos seguintes temas: trajetórias e experiências antes do assentamento; história de luta pela terra; atividades geradoras de renda; trabalho familiar; trabalhos coletivos no

assentamento; relações de vizinhança; práticas de lazer; engajamento em grupos de trabalho e religião; e relações com a cidade.

Nem sempre os relatos puderam ser conduzidos por uma ordem estabelecida pois, nas falas dos entrevistados, era possível ir direcionando as idéias para se falar de determinados assuntos, por meio de sugestões e indagações. Em alguns casos essa ação não era possível, já que a vontade de falar sobre si e opinar sobre os outros era espontânea, na manifestação dos sujeitos da pesquisa. Diante desta circunstância, cabia-nos concordar, discordar ou mesmo não opinar, pois éramos convidados a participar do diálogo. Percebeu-se, então, que a participação do pesquisador no diálogo, demonstrando enriquecer-se com a experiência do outro, motiva este a relatar, por horas e horas, suas experiências de vida.

Na História Oral é eminente a participação do pesquisador no diálogo. De acordo com Portelli (1997),

O respeito pelo valor e pela importância de cada indivíduo é, portanto, uma das primeiras lições de ética sobre a experiência com o trabalho de campo na História Oral. Não são exclusivamente santos, os heróis, os tiranos – ou as vítimas, os transgressores, os artistas – que produzem impacto. Cada pessoa é uma amálgama de grande número de histórias em potencial, de possibilidades imaginadas e não escolhidas, de perigos iminentes, contornados e por pouco evitados. Como historiadores orais, nossa arte de ouvir baseia-se na consciência de que praticamente todas as pessoas com quem conversamos enriquecem nossa experiência. (p. 17)

A proximidade que se estabelece, pelo diálogo com os entrevistados, não pode determinar a visão do geógrafo em tomar como correta apenas uma única visão relatada. Para isso, o pesquisador nem sempre tem a obrigação de concordar com as opiniões que são expostas na conversação. As reações em contrário àquilo que é relatado podem direcionar uma nova perspectiva do diálogo e enriquecer a entrevista com visões que não seriam postas em jogo, caso não tivessem sido questionadas.

As experiências que os entrevistados viveram e vivem no lugar, mediante a participação no coletivo, são carregadas de visões individuais que discordam ou concordam com os outros que pertencem ao seu mundo vivido. De acordo com Freitas (2002),

Para alguns historiadores tradicionais, os depoimentos orais são tidos como fontes subjetivas por nutrirem-se da memória individual que, às vezes pode ser falível e fantasiosa. No entanto, em história oral o entrevistado é considerado, ele próprio, um agente histórico. Nesse sentido, é importante resgatar sua visão acerca de sua própria experiência e dos acontecimentos sociais dos quais participou. Por outro lado, a subjetividade está presente em todas as fontes históricas, sejam elas orais, escritas ou visuais. O que interessa em História Oral é saber porque o entrevistado foi seletivo ou omissivo, pois esta seletividade tem o seu significado. Além disso, a noção de

que o documento escrito possui um valor hierárquico superior a outros tipos de fontes vem sendo sistematicamente contestado [...] (p. 69)

A prática da História Oral converge para o encontro de histórias diversas, que devem ser postas em análise e confronto com aquilo que é observado e descrito. Desse modo, realizar entrevistas não é uma tarefa simples, que se resume às respostas que são dadas à indagação dos pesquisadores. Aquele que entrevista age e reage no cotidiano, adotando uma posição de determinação e ordenação do diálogo por meio da visão pré-conceitual daquilo que se pretende dialogar. Pela História Oral tem-se a oportunidade de questionar não somente a entrevista em si, mas analisar a postura dos sujeitos que estão entre os instrumentos de registro das falas.

O método da História Oral apenas inicia a produção de informações que resvalam na oralidade, sendo que a entrevista é somente uma das técnicas nesse processo, assim como a transcrição das falas, a interpretação, a análise da ação e reação dos sujeitos da pesquisa, a leitura de informações escritas em comparação aos relatos. De um modo geral, a História Oral e a etnografia apresentam abordagens complexas que em nada se assemelham à simples semântica de seus termos. São métodos importantes para a pesquisa em Geografia Cultural, possibilitando o acesso ao sujeito pesquisado por vários ângulos de visão que conduzem à compreensão do ser enquanto ser, sem recortá-lo pela visão do homem como sendo político, econômico, consumista, religioso ou cultural.

### **Os usos e apropriações individuais e coletivas do lote para geração de renda**

Compreendendo que o grupo de assentados não apresenta um corpo unívoco de idéias e de formas de agir, quanto à reprodução da vida, torna-se necessário analisar as estratégias que foram adotadas pelas famílias, para que estas pudessem garantir a posse da terra, retirando ou não o sustento a partir dela. As trajetórias desencontradas no tempo e no espaço vão sendo analisadas pelas falas dos sujeitos, quando eles nos apresentam suas experiências de trabalho. De acordo com o entrevistado 01:

Eu nasci, por exemplo, mexendo com gado. Desde eu pequeno, que comecei a andar já mexendo com gado. Porque era o serviço que tinha, nessa época, aí, mexi desde pequeno, estudei pouco e não consegui um serviço melhor, um emprego. Tive que ir pra roça mesmo, né. Aí é um serviço grosseiro assim mesmo, eu acho bom. Eu trabalhei pros outros, trabalhei muito tempo, aí depois comecei a alugar chão, arrendar, aí já trabalhava diferente, né. Contando que já não era empregado assim, né. Trabalhava de arrendado na roça a mesma coisa. Trabalhei de pedreiro um bucado de tempo, assim, mais

nas horas vaga pra melhorar o salário um pouquinho (entrevista realizada em 2007)

O entrevistado 25 demonstra a sua experiência de trabalho com a produção do leite, comparando-a à atividade de renda que ele teve oportunidade de desenvolver na cidade.

Eu aprendi tirar leite aqui, sozinho. Eu pensei que ia ser melhor pra mim, né. Eu pensei mesmo. Acho que tá lá (estar no assentamento), tirar um leitinho é melhor, né. Porque lá a gente tem um dinheirinho todo dia. Pouco, mas tem. Porque você tá na cidade mas não tem dinheiro todo dia. Lá o bicho pega. (entrevista realizada em 2007)

Outras famílias assentadas, que não tinham experiência de trabalho com a pecuária leiteira, como o entrevistado 05, preferiram adotar outra estratégia para manter a posse do lote. Como exemplo, podemos citar o assentado entrevistado 05, que morou na cidade com sua família de 1998 a 2004 e ali se manteve, trabalhando como vendedor de peças automotivas. O entrevistado 18 também é outro caso que podemos mencionar. Desde a criação do assentamento, ele sempre morou na cidade, sendo que em Canápolis-MG era presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e vereador. Depois que os dois mandatos se encerraram ele se mudou para Uberaba-MG, onde trabalha como Diretor regional da FETAEMG (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais).

Ao receberem os lotes, algumas famílias, moradoras ou não do assentamento, decidiram organizar-se em grupos e alugaram as terras para fazendeiros vizinhos, como estratégia de geração de renda, quando os lotes ainda não estavam cercados. O preço pago pelo uso das terras era calculado por quantidade de cabeça de gado. Tal atividade deu suporte financeiro para que as famílias investissem inicialmente noutras formas de geração de renda, culminando na aproximação e fortalecimento de grupos de mesma origem de migração.

O grupo de assentados oriundos de Canápolis-MG resolveu investir na produção de abacaxi, pois era nessa atividade agrícola que trabalhavam, em seu município, seja como produtores arrendatários ou trabalhadores rurais. Segundo eles, a terra era fértil para a lavoura de abacaxi e certamente teriam sucesso com essa produção. O otimismo do grupo de assentados oriundos de Canápolis motivou outras famílias assentadas a cultivarem o abacaxi em seus lotes, mesmo que elas não possuíssem experiência em cultivar essa lavoura.

Mas nem todos os assentados de Canápolis resolveram apostar na produção. Apenas cinco famílias assentadas associaram-se na produção. Cada assentado plantou em seu lote, mas o trabalho foi realizado de forma coletiva, por meio de trocas de serviço. De acordo com os informantes-chave, cada assentado trabalhou nas lavouras do vizinho, de modo que recebesse em troca a mão-de-obra quando precisasse, sendo que ainda hoje (2007) a troca de serviço é prática freqüente entre algumas famílias. De acordo com o entrevistado 23, em sua fala:

Às vêiz o cara tem um serviço lá pra fazer, tá meio ocupado, eu tô meio forgado, eu vou lá e ajudo ele, não cobro o dia. E o dia que eu tiver um serviço aqui pra fazer eu fico de a ver com ele. É uma cerca de arame, arrumar um pasto, um serviço de curral. Um vai e ajuda o outro aí não tem o dinheiro pra pagar, aí fica de a ver. O outro o dia que tiver o seu serviço você chama ele e aí te ajuda também. Você fica de a ver, se trabalhar um dia ou dois, só contar os dias e deixa anotado. Quanto acontece, aí, acontece que o cara não pode vim, ele me paga a diária e eu pago a diária pro outro vim (entrevista realizada em 2007)

Para os plantadores de Canápolis, a produção de abacaxi no assentamento representou a oportunidade de continuar desenvolvendo a cultura agrícola na qual possuíam experiência de trabalho. Para os outros que apostaram na cultura de abacaxi, sem possuir experiência de trabalho nesse ramo de atividade, a lavoura significou a tentativa de uma nova possibilidade de geração de renda, inspirada naqueles que possuíam habilidade em trabalhar com o abacaxi e que demonstraram, para os outros assentados, que esse ramo da agricultura seria a melhor opção de geração de renda, no assentamento. Na tentativa de resolver os problemas relacionados à mão-de-obra, as trocas de serviço, constituíram-se, no início do assentamento, uma alternativa interessante para algumas famílias, que ainda a desenvolvem com freqüência.

Os assentados oriundos de Monte Alegre-MG, que possuíam experiência com a produção de abacaxi, também resolveram dar continuidade ao exercício das habilidades relacionadas ao cultivo. Suas lavouras também foram formadas a partir de mudas que possuíam em antigas roças que cultivavam, em seus municípios. Para realizar o plantio das lavouras, alguns assentados buscaram mão-de-obra em Monte Alegre. Trouxeram pessoas da própria família, que lá trabalhavam como bóias-frias nas roças de abacaxi, para realizarem mutirões de plantio, no assentamento. Dentre os oriundos de Monte Alegre, apenas dois assentados cultivaram o abacaxi.

Outro grupo coletivo foi organizado, no assentamento, a partir das famílias oriundas do município de Centralina-MG. Os assentados de cinco lotes associaram-se na produção de algodão, já que em seus municípios trabalhavam com esta cultura agrícola, como arrendatários ou bóias-frias. O sindicato dos trabalhadores rurais de Centralina forneceu apoio financeiro ao grupo, bem como maquinário para a preparação do solo. Segundo um dos assentados participantes do grupo, a mão-de-obra empregada para plantio e colheita foi remunerada em dinheiro, sendo que assentados de projetos de assentamento vizinhos da Divisa participaram do trabalho no algodão, o que evidencia outra forma de organização de trabalho no assentamento, que é fundamentada no pagamento pela mão-de-obra esporádica.

A comercialização do produto ocorreu com uma algodoeira localizada em Ituiutaba-MG e, segundo um dos produtores, os lucros foram satisfatórios, mas o grupo decidiu não cultivar outras lavouras de algodão devido à falta de incentivos financeiros e à baixa fertilidade do solo para aquela cultura, pois a primeira lavoura exigiu enorme quantidade de insumos agrícolas.

As experiências de produção do abacaxi e do algodão não foram as únicas alternativas de geração de renda para aqueles que apostaram nessas atividades, pois a produção dessas lavouras ocorre entre um ano e um ano e meio. Nesse período, os assentados desenvolviam outros trabalhos que pudesse fornecer renda para complementar o aluguel das terras, recebido dos fazendeiros vizinhos. Algumas famílias voltavam para os municípios de origem para trabalhar como bóias-frias em períodos de colheita do algodão ou da cana. Outras eram empregadas nas fazendas vizinhas, em atividade de confinamento do gado, que duravam, geralmente, de maio a outubro.

A partir dessas estratégias de geração de renda, as famílias foram garantindo a posse da terra, entre 1999 e 2001. A partir dessa data o INCRA, em parceria com o Banco do Brasil, liberou os recursos do PRONAF (Programa Nacional de Financiamento da Agricultura Familiar), juntamente com outro recurso, para construção das casas, nos lotes. A liberação dos créditos foi um “divisor de águas” para a geração de renda no assentamento, possibilitando novos usos da terra.

Diante das incertezas de geração de renda advinda da lavoura, os assentados, em conjunto com a EMATER/MG (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais), elaboraram um projeto de produção de leite, no ano de 2001, utilizando-

se dos primeiros recursos de financiamento da produção, fornecidos pelo Governo Federal.

A partir do recurso financeiro de R\$9.000,00, os assentados iriam cercar suas propriedades e comprar gado leiteiro, pois o principal incentivo para trabalharem com essa atividade advinha do discurso da EMATER, de que a “vocaçãõ” da região era a de produção de leite, o que facilitaria o desenvolvimento da atividade, no assentamento.

Com os investimentos em gado leiteiro, os assentados tiveram que se mudar para seus lotes e deixar a sede da fazenda, onde moravam em barracos improvisados. O trabalho com o gado foi uma nova fase para os assentados, pois a produção de leite tornou-se uma garantia de geração de renda familiar e, conseqüentemente, o anúncio de estabilidade de trabalho e reprodução da sobrevivência, a partir da terra. A produção de leite representou uma nova fase de organização do trabalho, da moradia e das relações coletivas no assentamento. A presença da EMATER/MG, com apoio à produção, a criação de infra-estrutura para moradia nos lotes, a criação do gado leiteiro e a consolidação de relações comerciais com laticínios da cidade trouxeram esperança para as famílias que pretendiam reproduzir a vida a partir de suas terras nos lotes.

Porém, nem todos possuíam experiência em trabalhar com a criação de gado, já que as principais atividades de trabalho que foram declaradas relacionavam-se ao emprego em lavouras como bóias-frias, arrendatários em lavouras próprias ou empregados urbanos. A insegurança em desenvolver a pecuária leiteira, presente nas falas sobre a falta de experiência em lidar com a atividade, bem como as variações de preços do leite no mercado local, fez com que algumas famílias não investissem unicamente na produção do leite, realizando outras atividades para complementara renda, como afirma o entrevistado 03:

Durante esse período que a gente teve aqui eu tenho observado o seguinte: que a gente não pode ficar com uma atividade só, principalmente com a atividade do leite. Por que o leite ele ocorre muitas altas e baixas, mais baixas do que altas. Então, quando você pensa que vai ganhar um dinheirinho com o leite, ele despenca de novo e vai lá embaixo. Durante o ano ocorre dois mês de pico do leite só. Que não é suficiente pra você manter, geralmente é a época que você gasta mais, aí ele sobe, e você pensa que ele vai ficar uns três, quatro mês, cinco mês, não. Como agora, o leite subiu pra nós a oitenta e cinco centavo e aí já tão falando agora que eles vai pagar setenta. Quer dizer, o próximo mês já tão dizendo que ele cai pra setenta, depois já cai de novo. Chegou esse período da seca como a estiagem foi longa, a gente se endividou muito com a ração, comprou, pra manter o gado. Às vezes até aumentou a produção mas não foi o suficiente. Então, praticamente fica na mesma, na mesma coisa. Aí, o que ocorre nisso, que a gente vê que é obrigação da gente encontrar outra atividade junto. Não que venha extinguir o leite, mas que

venha dar uma ajuda igual o leite ou melhor. Que você mantenha uma renda e consiga se manter na terra. Por que você fica nessa dificuldade, não consegue se manter dentro da terra (entrevista realizada em 2007)

A infra-estrutura criada nos lotes, a partir dos recursos financeiros investidos na produção de leite e outras atividades, na construção de casa e poços d'água, contribuiu para valorizar os lotes e, conseqüentemente, favorecer a especulação da terra e da posse. Sendo assim, aquelas famílias que não arriscaram uma mudança de vida ou não possuíam interesse em continuar com a posse do lote comercializaram os seus direitos à terra, no período de 1999 a 2007. Em contato com moradores do assentamento, constatamos recentemente que outros três moradores do assentamento também comercializaram as posses e se mudaram para suas cidades de origem, abandonando os projetos de moradia e produção a parti do lote conquistado.

### **Considerações finais**

As diversas atividades de geração de renda das famílias assentadas demonstram-nos que a garantia de posse da terra não está vinculada ao uso do lote para produção ou mesmo para moradia, já que diversas famílias permaneceram morando e trabalhando na cidade, sem que a terra conquistada fosse o principal meio para garantia de sobrevivência. As famílias que moravam no assentamento também tiveram que recorrer ao trabalho fora do lote, exercendo atividades temporárias em fazendas vizinhas ou em lavouras de seus municípios de origem.

Os primeiros anos após a conquista da terra foram um recomeço para as famílias assentadas, condicionadas pela instabilidade de trabalho e geração de renda, bem como pelos fracassos dos primeiros investimentos nas lavouras que tinham experiência em cultivar. A formação de grupos para produção de gêneros agrícolas que eram cultivados nos municípios de origem representa o esforço das famílias em continuar reproduzindo as atividades nas quais possuíam experiência de trabalho.

Para algumas famílias, a conquista da terra e a garantia de posse é uma tarefa que exige mudança de vida, rompimentos com práticas antigas e tentativas de novas práticas, que nem sempre resultam no sucesso desejado. Para outras famílias não foi necessário mudar de vida, já que, a partir da cidade, conseguiram administrar a posse da terra com recursos financeiros advindos do próprio lote e também de ganhos salariais das

atividades que exerciam no espaço urbano, como atualmente é o caso de quatro famílias que detêm a posse no assentamento.

A partir do projeto de produção de leite, houve mudanças significativas quanto ao uso da terra e geração de renda. As famílias não mais trabalham freqüentemente para fazendeiros vizinhos ou em serviços temporários, que eram realizados em lavouras de seus municípios, no início da criação do assentamento. Para alguns beneficiários, o aluguel das terras tornou-se uma prática para geração de renda, já que não conseguiram desenvolver a atividade de produção do leite. Outros, ainda persistem com o cultivo de lavouras do abacaxi, como é o caso de famílias oriundas de Canápolis-MG e Monte Alegre-MG, que possuem essa atividade como secundária e complementar à renda obtida pela produção do leite.

A realização do trabalho de campo foi fundamental para compreendermos os grupos existentes no assentamento, bem como as suas afinidades, além das particularidades presentes nos mesmos grupos. Porém, a existência de grupos de afinidades não excluiu a possibilidade do trabalho coletivo entre membros de grupos de parentesco ou de origem de migração diferentes. A convivência próxima de várias famílias, proporcionou certo grau de entrosamento e aproximação junto às famílias pesquisadas, o que facilitou o acesso a informações por meio de suas falas, que foram interpretadas a partir de procedimentos geográficos e historiográficos, apoiados nas contribuições metodológicas da história oral.

## Referências

CAPEL, H. Humboldt y La teoria de La tierra. In: \_\_\_\_\_ **Filosofía y ciencia en la geografía contemporânea**. Barcelona: Barcanova, 1981. p. 5-11.

CLAVAL, Paul. “A volta do cultural” na Geografia. **Mercator**. Revista de Geografia da UFC, ano 01, número 01, 2002. Disponível em <<http://www.mercator.ufc.br/revista%20mercator%201%20em%20pdf/mercator1artigo2.pdf>>, acesso em 14 de Setembro de 2007.

FREITAS, Sônia Maria de. **História oral**: possibilidades e procedimento. São Paulo: Humanitas, 2002.

HUMBOLDT, A. Von. **Cosmos**. Ensayo de una descripción física del mundo. In MENDOZA, J. G. ; JIMENEZ, J. M. y CANTERO, N. O.(Org.) **El pensamiento geográfico**. Estudio Interpretativo y Antología de Textos (De Humboldt a las tendencias radicales). Madrid: Alianza Editorial, 1982. p. 159-162.

MALINOWSKI, Bronislaw. Introdução: o assunto, o método e o objetivo desta investigação. In.: DURHAM, Eunice Ribeiro. **Antropologia**. São Paulo: Ática, 1986. p. 25-48.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir e escrever. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 39, nº 1, p. 13-37,1996.

PORTELLI, A. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a Ética na História Oral In: ANTONACCI M. A. ; PERELMUTTER, D. **Projeto História nº15**. São Paulo, abril 1997.439 p.

\_\_\_\_\_. História oral como gênero. In: ? **Projeto História 22** (História e oralidade). São Paulo: PUC-Educ, 2001, p. 9-36.

SANTOS, Rosselvelt José. Pesquisa empírica e trabalho de campo: algumas questões acerca do conhecimento geográfico. **Revista Sociedade & Natureza**, Uberlândia, nº 11, p. 111-125. jan./dez., 1999.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Espaço geográfico uno e múltiplo. **Scripta Nova, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Barcelona, n. 5, p. 93-103, jul. 2001. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/nova.htm>. Acesso em: 14 Set. 2007.

VIDAL DE LA BLACHE, Paul. As características próprias da geografia. In: CHRISTOFOLETTI, Antônio. **Perspectivas da geografia**. São Paulo: Difel, 1982. p. 37-47.